

CEDI - P. I. B.
DATA 07/10/86
COD. 0ND10

I N T R O D U Ç Ã O

A Área Indígena Guaporé, localizada no Estado de Rondônia fronteira com a Bolívia foi criada em 1930 pelo SPI, com o nome de Posto Indígena de atração Ricardo Franco. Demarcada em 1979, após identificação de suas terras pela equipe FUNAI/RADAM em 1975, áreas essenciais de coleta foram excluídas da identificação que não levou em conta os documentos do SPI e o território original dos povos tradicionalmente habitantes do Rio Guaporé e tributários.

A história do PI Ricardo Franco não se difere dos demais Postos do SPI, criado com objetivo de "civilizar" os índios. Colônia agrícola, teve seu "apogeu" na década de 40 quando os funcionários do SPI compulsoriamente transferiram para este Posto parte dos povos do Rio Mequens, Colorado, Corumbiara e afluentes.

Na Área Indígena Guaporé encontram-se hoje representantes dos vários povos do Guaporé, que através dos casamentos intertribais se reestruturaram, mantendo uma organização sócio-econômica e identidade étnica diferenciada dos membros da sociedade Nacional. Desta forma não podemos concordar que esses povos encontrem-se "aculturados" conforme conceito emitido em 1976, quando da identificação da área indígena o que acarretou uma expropriação de terras essenciais para a sobrevivência desses grupos.

Apesar de demarcada, a Área Indígena Guaporé teve de sofrer novo reestudo, visto a exclusão no processo de identificação e demarcação de áreas essenciais para a sobrevivência do grupo da região. Desde 1977, portanto, em plena demarcação os índios vêm solicitando este acréscimo. Não é explicitado pelo GT/75 o porque da exclusão de castanhas e seringais visto a não presença de invasores e plena utilização indígena.

A homologação da demarcação realizada em 1979 e a

demarcação do acréscimo solicitado pelos índios se mostra urgente. Não existe na área demarcada e nos limites de acréscimo, posseiros ou fazendeiros, estando portanto a área livre de invasores, conforme relatório fundiário apresentado pelo GI.

Gostaríamos de registrar que embora acompanhados por técnico do INCRA de Guajará-Mirim, não conseguimos junto aquele instituto qualquer informação sobre títulos ou pretensão na área de acréscimo.

A não assinatura do relatório pelo técnico do INCRA se deu por uma ordem do então executor do INCRA de Porto Velho, que proibiu seus técnicos relatório conjunto com os da FUNAI. De qualquer forma, o relatório fundiário foi escrito no INCRA de Guajará-Mirim com a participação e concordância do Eng^o Guilherme Gauza Filho, que constatou a não presença de invasores na área proposta.

Organização Sócio-Política

Os grupos indígenas que se fixaram na Área Indígena na Guaporé, desenvolveram mecanismo que possibilitam a manutenção dos principais aspectos de sua cultura. A reorganização entre os grupos que permite a reestruturação sócio-política é percebida nas trocas matrimoniais, relações de parentesco, organização espacial etc.

Há na área membros de dez grupos tribais, habitantes tradicionais da Bacia do Guaporé e Tributários. Entre estes são majoritários os Jaboti e Macurape.

A existência de duas aldeias, separadas pelas construções da FUNAI, indica a definição do espaço dos dois grupos majoritários, e como são congregados os demais pelos casamentos intertribais. Além da aldeia principal, encontramos famílias extensas habitando a Baía da Onça, Baía da Coca e Baía Rica, locais de moradia tradicional conforme documentos do SPI. De qualquer forma todas as famílias têm casas na aldeia principal para onde se deslocam quando há cerimônias ou quando se encontram doentes.

Os Jaboti, através do casamento intertribal, congregam os Ajuru (Wayaro), canoê e alguns Tupari e Aruá, mantendo com estes várias formas de alianças sustentadas pelo vínculo de parentesco. Entre os Macurape encontramos em menor proporção os casamentos intertribais, sendo estes os que mantêm de forma mais explícita os principais ritos e festas tradicionais que são absorvidas pelas demais etnias.

Apesar de camuflada, pode-se perceber uma certa animosidade entre os grupos majoritários. As reivindicações diferenciadas, as acusações mútuas, divisão de espaço para plantação e coleta e formação de grupos para caçar e pescar, são os aspectos mais visíveis da divisão entre os grupos e como os agentes se movimentam dentro de um espaço que lhes foi imposto a pelo menos 50 anos.

A prática xamanística é mantida pelos diversos grupos, existindo pelo menos cinco pajés na região. Os principais são da etnia Ajuru (Wayaro) e o Macurape. A cura se dá pela utilização das ervas e benzeções.

A habitação por família nuclear não rompe a moradia tradicional por famílias extensas. A disposição das casas demonstra claramente a manutenção das regras de moradia, a rede de parentesco e as alianças que são formadas, assim como, demonstra os papéis desempenhado por cada membro do grupo. Esta observação é pertinente para os diversos grupos da área.

Se a organização política tradicional não é suficientemente conhecida, atualmente existem dois tuxauás. Um representando os Jaboti outro aos Macurap. A falta de uma pesquisa acurada não nos permite aprofundarmos nos aspectos políticos e mesmo da organização, porém percebe-se uma supremacia política dos Jaboti, principalmente no contato com os brancos e nas resoluções mais importantes da comunidade. Este fato pode ser considerado talvez pelo maior número destes e os casamentos intertribais, que permitem alianças mais fortes.

Por outro lado, fica patente que os Macurape tem um domínio cultural, percebido pela incorporação pelos demais grupos de

aspectos importantes da sua organização social, da língua (quase todos os adultos entendem e falam macurape, além do português e da sua língua original) e das festas tradicionais.

A união dos diferentes grupos se apresenta nesta ocasião, quando a Chicha é distribuída a partir da aldeia Macurape.

Semelhante ao descrito por Lévi-Strauss no Handbook of South American Indians, ainda é realizado um ritual tradicional onde são utilizadas flautas. Homens e mulheres dançam ao redor de um "altar", circulando uma árvore especialmente levantada para cerimônia.

De acordo com os dados do Handbook, este rito era encontrado entre os Macurape e os Ammiapá. Os chocalhos de cabaça sagrada, usados pelos Xamãs Aruá, Jaboti e Arikapô e cintos guarnecidos com casca de frutos entre os Guaratá gaja (Mequens) e Tupari.

Os povos habitantes da região do Guaporé, são de língua Tupi, patrilineares e exogâmicos. Os Sibs eram encontrados entre os grupos. As regras de exogâmia são mantidas, assim como a descendência patrilinear (vide tabela de composição demográfica). Foi observado a adoção por casamento tanto de menores quanto de adultos. Não sabemos se esta é, prática tradicional, ou mecanismo utilizado no processo de reestruturação e reorganização dos diferentes grupos. Sabemos, porém, que tradicionalmente nas lutas intertribais, os prisioneiros de outras tribos eram incorporados ao clã do captor, assim sendo, a adoção poderia também ser vista como adaptação de uma prática tradicional à situação de contato como forma de impedir o desaparecimento de determinado grupo.

Na área Guaporé existem representantes dos grupos Canoê, Macurape, Jaboti, Ajuru (Wayaro), Arikapô, Tupari, Aruá, Kujubin, Massacã e Mequens. Todos habitantes tradicionais do Rio Guaporé e Tributários. Segundo um informante Jaboti, os casamentos preferenciais seriam entre:

Jaboti = Jaboti = Canoê

Canoê = Macurape = Aruá = Jaboti

Ajuru = Jaboti = Macurape

Arikapô = Arikapô
Macurape = Macurape = Tuparí
Aruã = Macurape
Kojubin = Jaboti

Apesar de serem estes os casamentos preferenciais, não pode ser entendido como regra geral e, não é confirmado na tabela de parentesco.

Os grupos que hoje se encontram na Área Indígena Guaporé perfazem uma mínima parte daqueles compulsoriamente transferidos para esta reserva pelo SPI.

Na área existem cinco Xamãs que são os curadores. De acordo com o Handbook of South American Indians, o papel do Xamã sempre foi de grande importância para aqueles grupos tanto nos processos de cura quanto nos rituais.

A chicha e narcóticos eram utilizados nas festas e nos rituais de cura. Há crença na existência de um fluido invisível que pode ser bem ou mal e que pode ser capturado, manipulado e incorporado pelos Xamãs.

Os fantasmas tem um papel considerável na crença dos índios do rio Guaporé e se traduzem como a espíritos dos mortos retornando para prejudicar seus inimigos e proteger seus amigos.

Ainda hoje os Xamãs tem papel preponderante na cultura do Guaporé, sendo reconhecido seu poder de cura.

É encontrado entre os Índios do Guaporé restrições alimentares na época dos nascimentos quando são proibidos aos pais os peixes de couro e animais tipo queixada. A medicina tradicional ainda é utilizada e a manipulação das ervas é parte do trabalho dos Xamãs.

De acordo com informantes Canoé, antigamente existia muita festa e tomava-se muita chicha. Atualmente são a fazem junto com os Macurape, quando cantam e tocam taboca.

Percebe-se que é falsa a visão emitida pelo GT/75

de que os índios habitantes da Área Indígena Ricardo Franco se encontram deculturados. A manutenção da língua, da identidade diferenciada e de aspectos relevantes de sua organização sócio-política mostram e reafirmam a resistência desses povos, que foram transferidos compulsoriamente pelo SPI para o P.I. Ricardo Franco, semi-escravizados pela agência oficial na década de 40 e esfacelados em sua organização, pois criminosamente colocados no mesmo espaço povos antes inimigos, com práticas e língua diversa. A dizimação, o contato indiscriminado e a inserção obrigatória na sociedade envolvente como mão de obra, não impediu que estes se reestruturassem e através de diversos mecanismos se reorganizassem política, social e economicamente.

Demografia

A partir de 1943, encontramos documentos do SPI referentes ao Posto Indígena Ricardo Franco.

Os levantamentos demográficos não era uma preocupação dos funcionários. Temos porém indícios pela frequência escolar, medicamento, transferências dos recém-contatados, do local de moradia anterior e das etnias que passaram a habitar junto ao Posto Indígena. Percebe-se por esta documentação ter sido grande a mortalidade entre a população indígena e o retorno para o local de origem.

Em 1947 habitavam o Posto Indígena de Atração Ricardo Franco as etnias; Guaê (?), Acariê (?), Arikapu, Tauaman (?), Baquete (?), Cassupá, Aruá, Mondê, Canoê e Mequens num total de 80 índios. Temos que no mesmo ano chegaram ao Posto contatados nos rios Mequens e Corumbiara, 87 índios que se encontravam sob jurisdição do PIA Pedro de Toledo. Os recém-contatados eram Macurape e Mequên. Chamamos atenção para o fato das listas de contato, não serem colocadas as famílias e sim o nome dos homens e às vezes das mulheres, sendo difícil um cálculo do número exato de índios levados para o Ricardo Franco.

A baía das Onças, Coca e Rica é, porém, Território

Macurape, pois todas as referências mostram famílias extensas habitando ma locais nestas localidades que estavam inseridas no perímetro do P. Indígena. Observamos também, que as famílias que não habitavam ao redor do Posto, eram apenas mencionadas, o que não permite um levantamento demográfico fide digno.

Reproduziremos algumas listas coletadas em micro filmes para uma idéia geral do que foi o PIA Ricardo Franco e a presença incontestável das várias etnias indígenas desde sua criação na década de 30.

1945 - filme 43, nº 31 - Relação nominal dos ín dios existente no Posto; tribos: Pireté, Aruá, Cabixi, Boibarã, Aricapo (Arikapô), Moré (fronteira), Pimenteira.

Constatamos que do total de 31 índios relacionados 99% eram homens adultos, o que nos leva a supor que se tratavam dos Índios recolhidos para o trabalho junto ao Posto Indígena.

Em 1947 foram transferidos do PIA Ministro Pedro de Toledo (filme 43), 71 índios sendo 12 Mondê (Baquete), 29 Cassupá, 20 Canoê, 15 Mequens, 2 Pacaã Nova e 1 Macurape. Os mais velhos tinham apro ximadamente 35 anos. O índio Otaviano Mequem, que ainda se encontra na área foi transferido nesta época. Chama atenção nesta relação ser a maio ria dos índios bem novos, numa faixa de 12 a 20 anos, sendo sua maioria do sexo masculino. A transferência, além de compulsória, separava as famí lias que deveriam ter permanecido no local de origem.

No mesmo ano em relatório posterior, os Índios transferidos não são mencionados, constando como assistidos apenas 34 Macu rape, sendo 19 adultos e 11 menores de 15 anos.

A relação apresentada em 1947, se por um lado mos tra claramente a não confiabilidade dos dados apresentados, por outro explicita a prática de transferência, o desrespeito pelas famílias indíge nas e a inserção imediata nos trabalhos do Posto Indígena, como forma de "civilizar" os índios capturados.

Na relação de 1948, consta que no PIA Ricardo Fran

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

co são assistidos 80 Índios das tribos Guiné (?), Acarie, Pimenteira, Uangá, Ariçapu, Baquete, Cassupá, Mondê, Canoê, Mequem, Turiagu.

Da relação nominal de 1947, não são mencionados 15 Índios dos diferentes grupos e são acrescidos 34, principalmente Cassupá ou Massacá. Não há informações que permitam afirmar se os 15 Índios morreram ou retornaram ao local de origem e os 34 eram recém-contatados ou já habitavam o local.

Em 1949 o único dado existente é o da frequência escolar, o que mostra que aos Índios recém contatados era ensinado imediatamente o português, higiene e valores morais da sociedade nacional (filme 43) numa prática deculturativa. Frequentavam a escola crianças de 4 a 14 anos das tribos Massacá, Coroca (?), Jaboti, Corumbiara, Capichanã e Ararra.

Os dados populacionais em 1950 mostram uma flutuáção que varia de 101 Índios assistidos em janeiro, 66 em maio e 73 em setembro. Não é mencionado nos relatórios as causas da variação e nem sequer as etnias então assistidas. Em 1952 é encontrada apenas a frequência escolar e matrícula de 14 Índios. Neste ano temos a primeira referência aos Ajuru. Os suscintos relatórios de 1953 referem-se a 63 Índios no Posto e em 1957, 51 Índios sem menção aos grupos.

Em 1958 são mencionados como parte da população Tupari, Canoê e Cassupá. Em 1959 há referência a Nambiquara, Cassupá, Macurape, Canoê, Arikapô, Mequem, Baquete, Toré e Tocanã. Não são mencionados os Jaboti, Ajuru, Tupari encontrados em outros censos e inclusive na frequência escolar deste mesmo ano.

Os relatórios e censos da década de 60 não permitim qualquer elucidação sobre a problemática indígena do Ricardo Franco. Sabe-se porém que continuam nesta região Índios dos grupos Canoê (Rio Cascata), Cassupá (Rio Corumbiara), Mequem (Rio Mequens), Macurape (Rio Colorado) e Arara. O Posto Indígena Ricardo Franco continuava abrigando a população da Bacia do Guaporé, que não recebia qualquer assistência do SPI, estando a maior parte escravizada aos seringais.

[Handwritten signature]

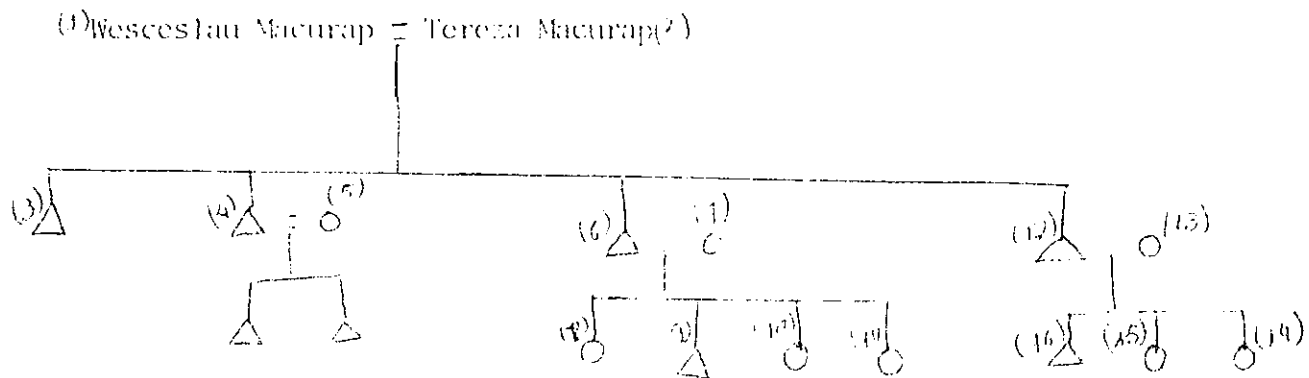
Em 1972 através do relatório do sertanista Sidney Possuelo, a FUNAI toma conhecimento dos Índios Macurape do Rio Branco e nesta ocasião são transferidos pelo sertanista 34 Índios Macurape, que num primeiro momento constroem sua aldeia em Sagarana no local denominado Queimada. Dos Índios transferidos estão atualmente no Ricardo Franco ou Guaporê os Macurape, Wenceslau, com a família que habita a baía das Onças, Waldir, Pedro, Chati, Orlando e a respectiva família.

Através dos relatórios do SPI constatamos que a área indígena Guaporê é território imemorial indígena e por sua localização nesta foi criada um Posto de Atração objetivando reunir num mesmo espaço os vários povos da bacia do Guaporê.

- Levantamento populacional da Área Indígena Guaporê.

Baía das Onças

casa 1



casa 1

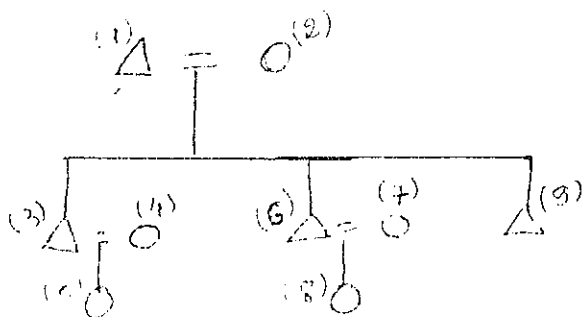
- (1) Wenceslau Macurap
- (2) Tereza Macurap
- (3) Sebastião Macurap
- (4) Hermes Macurap e Maria Macurap = 2 filhos
- (6) Alcides Macurap
- (7) Margarida Macurap - filha de Xãti
- (8) Glória - 4 anos
- (11) Alcyr - 6 anos

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

- (10) Mafalda - 10 anos
- (11) Edijane - 1 ano
- (12) Basílio Macurap
- (13) Joana Arikapô
- (14) Cláudia - 6 anos
- (15) Maria - 5 anos
- (16) 1 menino sem nome - 1 ano.

casa 2

- (1) Sebastião Macurap
- (2) Francisca - Cojubin
- (3) Manduca - Cojubin
- (4) Elizabeth - Jaboti
- (5) Marli
- (6) Geraldo Cojubin
- (7) Conceição Canoê
- (8) Lindalva
- (9) Lino

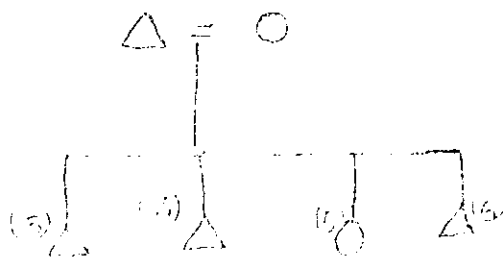


Obs.: Dona Francisca tem dois filhos e uma filha casada morando em Costa Marques e sete netos.

As famílias tem residência temporária na aldeia Macurape, na sede do Posto. Desenvolvem toda a atividade economica nas áreas próximas a Baía das Onças.

Baia Rica

- (1) Alberto Jaboti
- (2) Maria Rita Jaboti
- (3) Tertuliano - 16 anos
- (4) Wando - 15 anos
- (5) Valdete - 10 anos
- (6) Vanildo - 8 anos

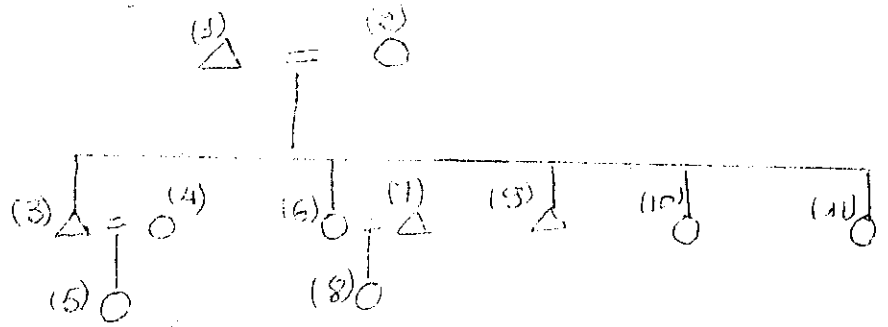


MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Baía da Coca

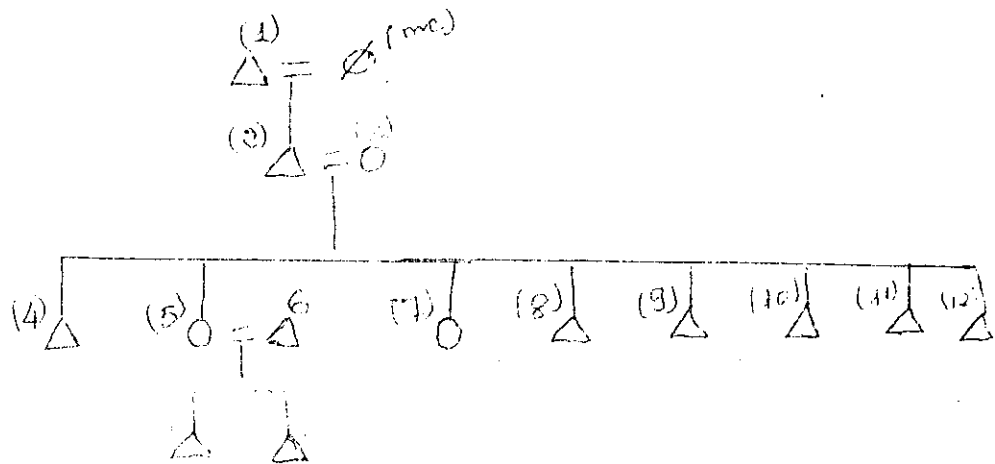
casa 1

- (1) Edilson Macurape
- (2) Marizote Tupari
- (3) Estasnilau Macurap
- (4) Hilda Canoê
- (5) Gretchen - 11 meses
- (6) Gracinha Macurap
- (7) Augustinho Macurape
- (8) Salete - 5 meses
- (9) Roberto - 15 anos
- (10) Taísa - 10 anos
- (11) Rosana - 6 anos



casa 2

- (1) Manozinho Arara
- (2) Odenir Arara
- (3) Francisca Pacaã-Nova
- (4) Sérgio
- (5) Raimunda
- (6) Tamichai Pacaã-Nova
- (7) Juraci - 10 anos
- (8) Zezinho - 12 anos
- (9) Waldeci - 8 anos
- (10) Careca - 5 anos
- (11) Negro - 2 anos
- (12) Bebê - 4 meses



casa 5

- (1) Fortunato Macurap
- (2) Joana Tupari

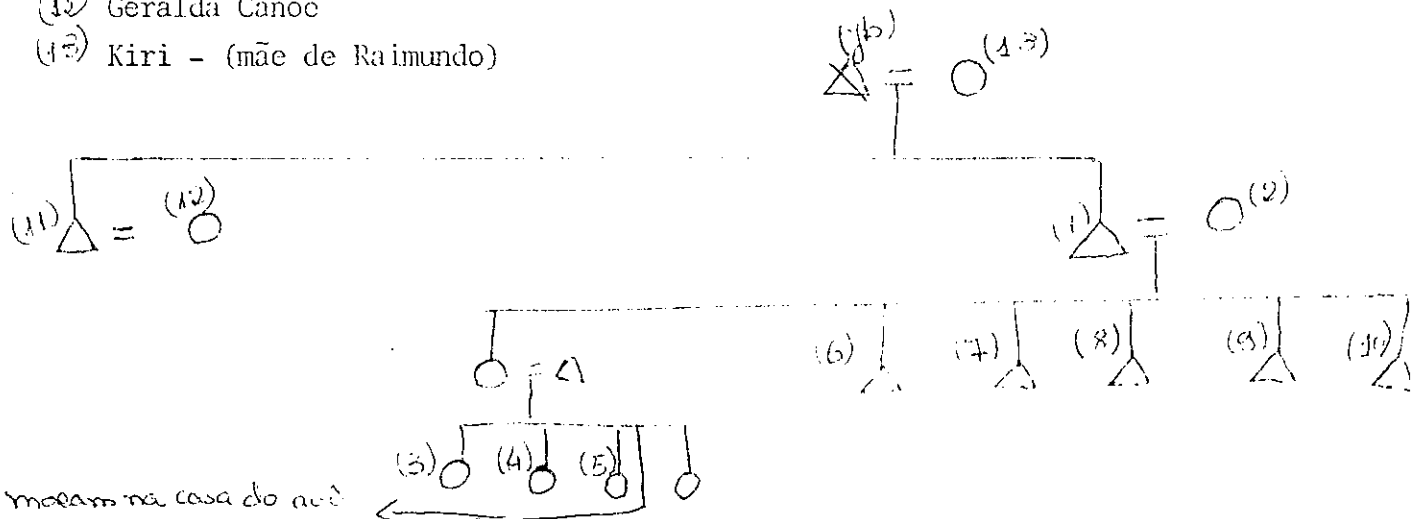


Aldeias do Posto

Aldeia 1 - Jaboti - Chefia - Raimundo

casa 1

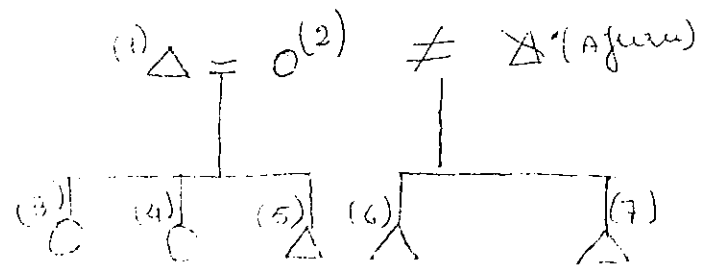
- (1) Raimundo Jaboti
- (2) Nazaré Jaboti - Obs.: Nazaré estava Grávida
- Elizabeth e Manduca - Moram na Baía das Onças - as filhas de Elizabeth são moças.
- (3) Aparecida
- (4) Ariana
- (5) Edith
- (6) Armando - 16 anos
- (7) André - 17 anos
- (8) José Roberto - 15 anos
- (9) Marco - 5 anos
- (10) Isac - 3 anos
- (11) Jesus - (irmão de Raimundo)
- (12) Geralda Canoê
- (13) Kiri - (mãe de Raimundo)



casa 2

- (1) Saturnino (irmão de Raimundo)
- (2) Arlinda Canoê
- (3) Lina
- (4) Olinda
- (5) Isael
- (6) Odaír
- (7) Albertino

Obs.: Arlinda estava grávida

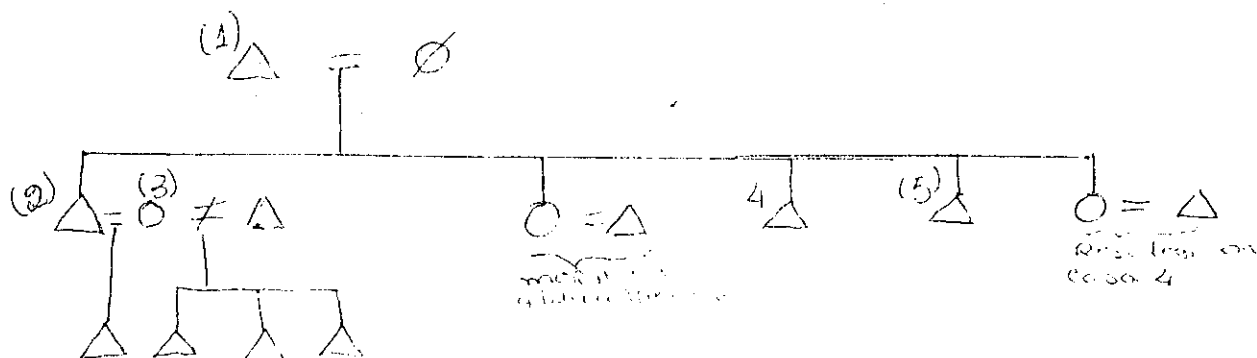


MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

casa 3

- (1) Paturi Jaboti (filho do irmão do pai do Raimundo)
- (2) Brito Jaboti e (3) Paulina Ajuru - estavam mudando para outra casa
4 filhos
Teresinha e Odete - moram na aldeia Macurap
- (4) Vital - 15 anos
- (5) Jorge - 11 anos
Rosinha e Nestor - moram na casa 4
- (6) Dura - Fogo Ajuru = haviam chegado de Rolim de Moura e estavam
- (7) Nova Esperança Macurape provisoriamente na residência de Paturi.

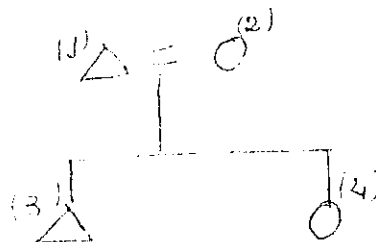
(6) = (1)
△ = ○



casa 4

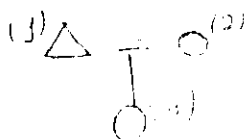
- (1) Nestor Jaboti
- (2) Rosinha Jaboti (filha de Paturi)
- (3) Eduardo - 4 anos
- (4) Eliana - 2 anos

Obs.: Rosinha estava grávida



casa 5

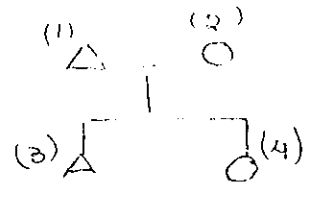
- (1) Jorge Jaboti (tio de Raimundo - irmão do pai) - 60 anos,
- (2) Nambuicã Jaboti - 25 anos
- (3) Maria Aparecida - 7 anos



Obs. Os habitantes das casas 6 e 11 são filhos de Isabel Jaboti com maridos, adotados pelo seu segundo marido (Funeso) em casa 6

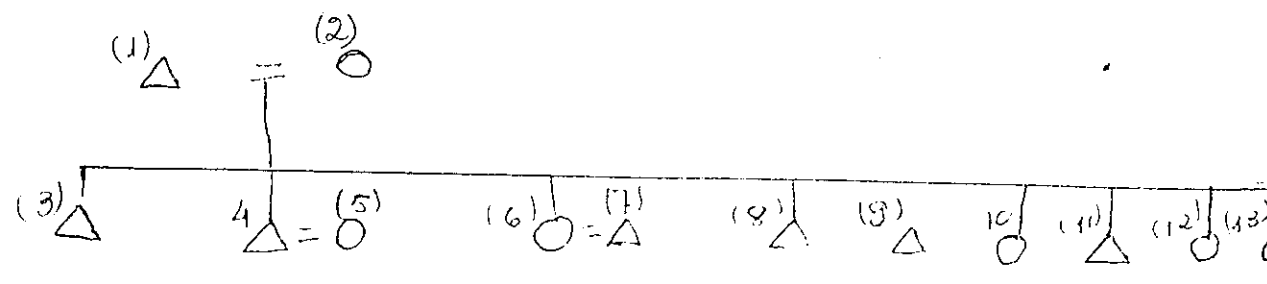
- (1) Santo Canoê
- (2) Zuila Jaboti (filha de Alonso - irmão de Raimundo - pai do Raimundo, sobrinho do pai do Alonso).
- (3) Ismael - 3 anos
- (4) Sandra - 5 anos

Obs.: Zuila estava grávida.



casa 7

- (1) Zê Pregão Macurap (filho de Isabel Jaboti)
- (2) Ester Canoê (sobrinha do segundo marido de Isabel)
- (3) João Natan - 2 anos
- (4) Gabriel e Tupari - outra casa
- (6) Gracilda e Jesus - grávida
- (7) Mazaropi - bebê
- (8) Severino
- (9) Vaneida
- (10) Marivaldo
- (11) Creusa
- (12) Sebastiana



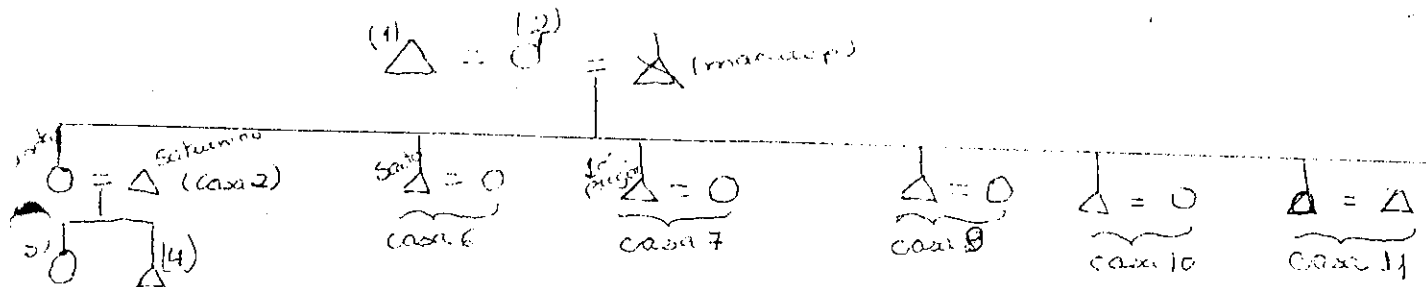
Obs. de página e o mesmo filho de Isabel que se casou com... este é casado com a filha de... (filha de...)

casa 8

- (1) Chico Canoë
- (2) Isabel Jaboti (irmã de Raimundo)
- (3) Grass (filho de Arlinda)
- (4) José Augusto (filho de Arlinda)

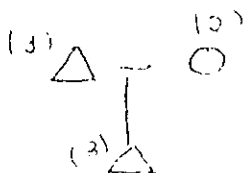
Obs.: A filha de Isabel, Arlinda é casada com Saturnino, irmão de sua mãe e seus dois filhos vivem com Isabel.

Rui filho de Isabel casou-se com Macurape e está no Rio Branco.



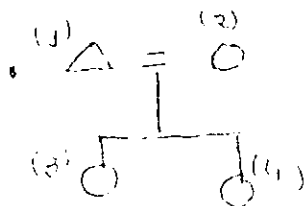
casa 9

- (1) Silva Canoë (filho de Isabel com Macurap, porém se identifica como Canoë, grupo a que pertence o segundo marido de sua mãe).
- (2) Alzira Tupari
- (3) 1 filho pequeno



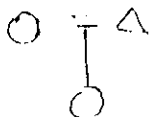
casa 10

- (1) Fernando (igual observação casa 9)
- (2) Rosalina Aruã
- (3) Aparecida
- (4) Rossi



casa 11 - residência temporária - Baía da Coca

- (4) Hilda (filha de Isabel)
- (2) Estasnilau Tupari
- (3) 1 filha pequena



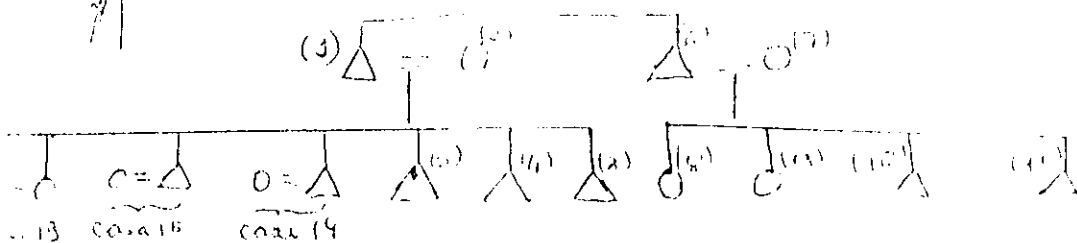
Obs: As casas 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19 são das famílias Ajuru, casadas com Jaboti

casa 12

- (1) Pororoca Ajuru
- (2) Marina Jaboti (Tia de Raimundo)
- (3) Sergio
- (4) Ricardo
- (5) Renato
- (6) Antonio (irmão de Pororoca)
- (7) Anita Ajuru
- (8) Maria
- (9) Clarisse
- (10) Adão
- (11) Júlio

Edson (neto de Marina - 2 anos)

Obs.: Alberto, Albino e Zilma são filhos de Pororoca e moram nas casas 14, 15 e 19.

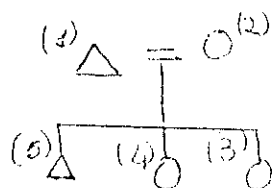


casa 13

Eleodoro Macurap

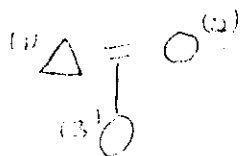
casa 14

- (1) Alberto Ajuru
- (2) Iracema Macurape
- (3) Leni - meses
- (4) Cilene - 4 anos
- (5) Roberi - 3 anos



casa 15

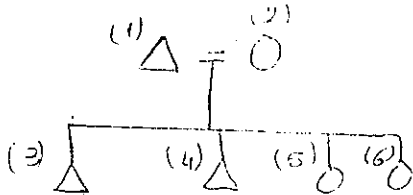
- (1) Albino Ajuru
- (2) Lúcia Macurape
- (3) Marlene



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

casa 16

- (1) Irineu Jaboti (irmão de Raimundo)
- (2) Julieta Ajuru
- (3) João - 8 anos
- (4) Dilson - 6 anos
- (5) Cecília - 4 anos
- (6) Menina - meses

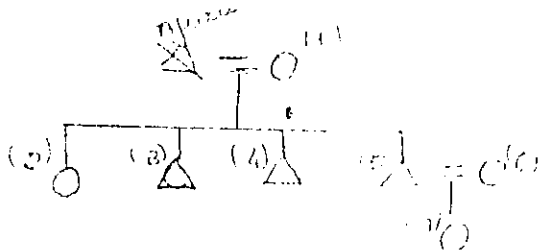


casa 17 - casa temporária do Alberto que mora na Baía Rica
Alberto é irmão de Luzia, considerada irmã de Raimundo

casa 18

- (1) Luzia Jaboti
- (2) Cleide - 2 anos
- (3) Luciano - 10 anos
- (4) Davi - 12 anos
- (5) Miguel Ajuru
- (6) Joselina Aruã
- (7) Milena - 2 meses

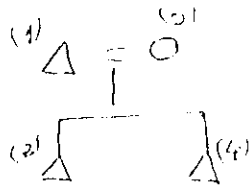
Obs.: O marido de Luzia era irmão de Pororoca (pajé).



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

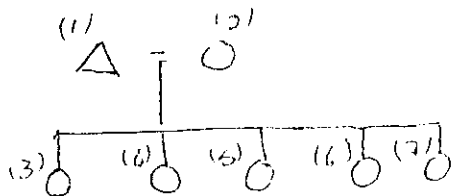
casa 19

- (1) João Massacã
- (2) Zilma Ajuru
- (3) Francisco - 2 anos
- (4) Gilson - 6 meses



casa 20 - residência temporária de Aurindo que mora na Baía da Coca

- (1) Aurindo Macurape
- (2) Maria do Carmo Massacã
- (3) Aurinete - 10 anos
- (4) Lauredi - meses
- (5) Claudinete - 9 anos
- (6) Aderice - 2 anos
- (7) Marinete - 6 anos



casa 21 - em construção

Brito e Paulina que estavam residindo com Paturi

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

casa 22

Manuel Canoê (vaqueiro do Posto)

casa 23

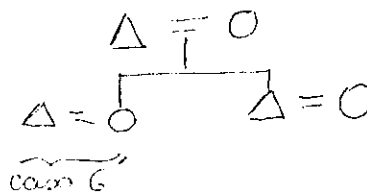
Alonso Jaboti (primo do Raimundo, considerado irmão)

Maria Jaboti

Irineu

Maria Ajuru

Obs.: Maria estava grávida

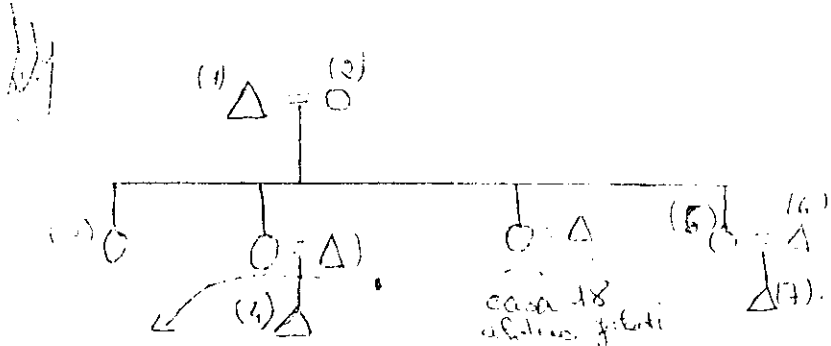


Aldeia 2 - Macurap

casa 1 - temporária - residência fixa no centro

- (1) Maria Arikapô
- (2) Luizinho Aruô
- (3) Deulizete Aruã
- (4) Clenildo Aruã
- (5) Hilsete Aruã
- (6) Aguinaldo Macurap
- (7) Elder

Obs.: Joselina Aruã, filha de Luizinho, é casada com Miguel Ajuru e moram na casa 18, aldeia Jaboti.



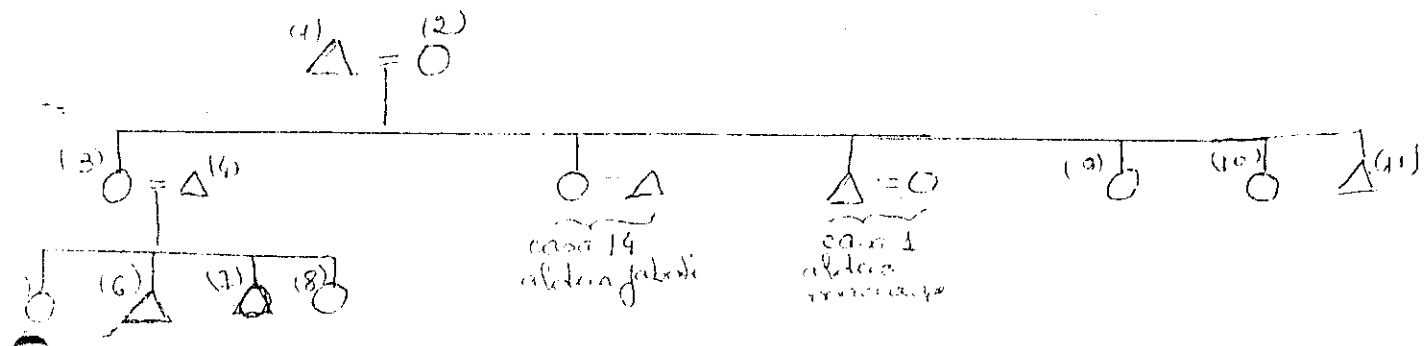
moram em Guajará, irmão, (6), (7), (8) moram em Jaboti

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

casa 2

- (1) Xatí - Macurap (Mutum)
- (2) Isaura Macurape (Tatucanã)
- (3) Margarida (Mutum)
- (4) Alcides Macurape (Morcego)
- (5) Mafalda - 10 anos
- (6) Alcyr - 6 anos
- (7) Glória - 4 anos
- (8) Edijane - 1 ano
- (9) Iraci - 15 anos
- (10) Mariza - 8 anos
- (11) Armando - 3 anos

Obs.: Iracema, filha de Xatí é casada com Alberto Ajuru, reside Casa 14 aldeia Jaboti e Aginaldo Macurape é casado com Hilsete Aruã e reside no centro com Luizinho pai da Hilsete.



casa 3

Pedro Macurape (Mutum) - primo de Xatí
Maria Macurape

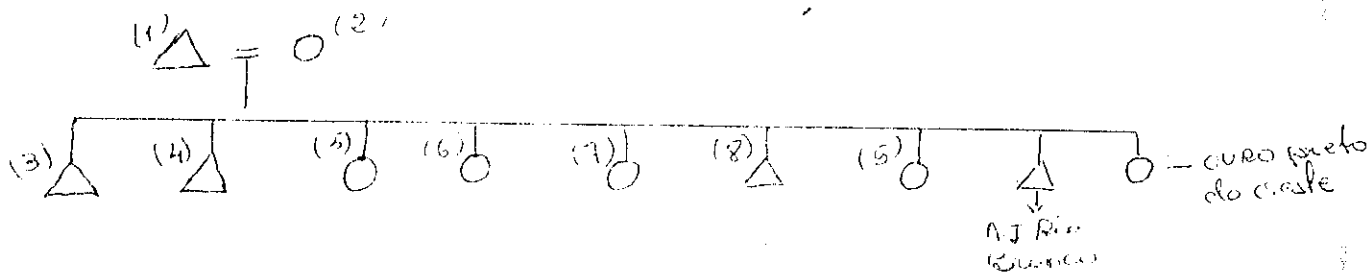
△ = ○

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

casa 4

- (1) Waldir Macurape (Morcego)
- (2) Neusa Tupari
- (3) Waldo - 14 anos
- (4) Carlito - 12 anos
- (5) Walda - 10 anos
- (6) Maisa - 4 anos
- (7) Estela - 5 anos
- (8) Edevaldo - 2 anos
- (9) Mirian - 6 anos

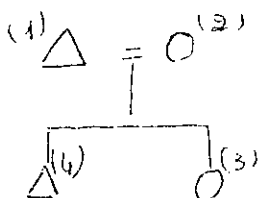
O Sr. Waldir tem uma filha em Ouro Preto do Oeste e um filho na A.I. Rio Branco.



casa 5

- (1) Orlando Macurape
- (2) Hilda Aruã
- (3) Marcia - 12 anos
- (4) Juvelino - 6 anos

Obs.: O Orlando tem residência temporária no Rio Negro



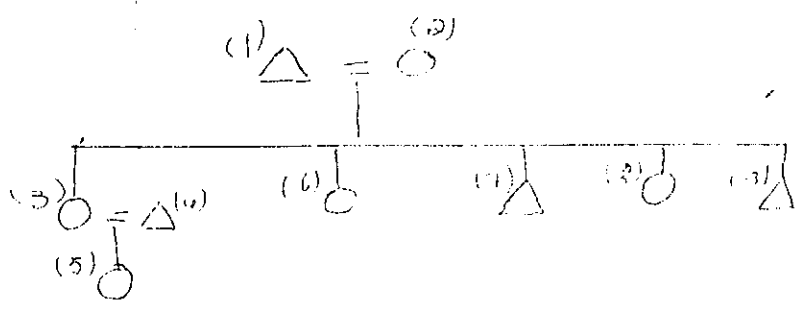
[Handwritten signature]

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

casa 6

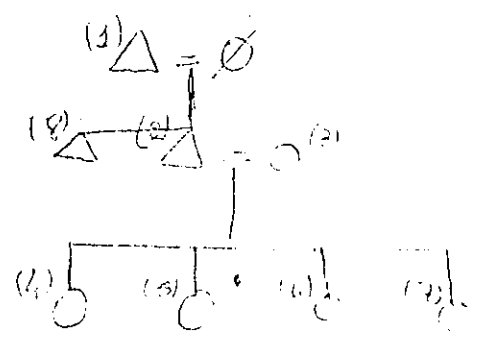
- (1) Adilson Macurap
- (2) Marizete Tupari
- (3) Aracuaia - 15 anos
- (4) Augustinho
- (5) Salete - meses
- (6) Rosana - 8 anos
- (7) Alberto - 10 anos
- (8) Daise - 6 anos
- (9) Estanislau

Obs.: Fortunato que mora na Baía da Coca é irmão do Adilson.



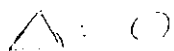
casa 7

- (1) João Francisco Aruã
- (2) Odete Aruã
- (3) Tereza Jaboti (filha de Paturi)
- (4) Cristina - 11 anos
- (5) Janete - 9 anos
- (6) Janaina - 4 anos
- (7) Diana - 1 ano
- (8) Waldir (irmão de Odete)

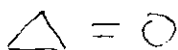


MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

casa 8
Otaviano Mequem (Guaratira)
Maria Macurape



casa 9 - temporária
João Macurape
Tereza Macurape
Obs.: Moram a 6 Km do Posto



A Área Indígena Guaporé é hoje habitada por 241 índios. Deste 71 têm residência fixa nas baías das Onças, Rica e Coca, 115 habitam a aldeia Jaboti e 55 a Macurape. Percebe-se pela disposição das casas, que não rompeu-se totalmente com a residência por famílias extensas e são fortes os laços de parentescos e as alianças formadas através do casamento intertribal.

Histórico

A história dos povos habitantes do rio Guaporé e tributários, foi considerada por Lévi-Strauss em 1948 como uma das menos

conhecida do Brasil.

O rio Guaporé começou a ser utilizado no século XVIII por viajantes e missionários e no séc. XIX por seringueiros que trabalham as suas margens e ao longo dos baixos cursos e tributários.

De acordo com o Handbook of South American Indians o Rio Guaporé não é o espaço central de uma área cultural homogênea. Duas áreas devem se distinguir: a primeira compreendida pelos Rios Guaporé, Branco e Mamoré, ocupada por tribos chapacura. A segunda pela bacia do Rio Branco, Mequens, Corumbiara ocupada por tribos tupi:

- 1) Os Aruã e o Macurap ao longo do Rio Branco, e Colorado.
- 2) Os Wayoro: Rio Colorado.
- 3) Ammiapã, Guaratãgaja e Cabishinana: Rio Mequens.
- 4) Tupari e Kepikiriwat: sul do machado.
- 5) Yabuti e Arikapô: Rio Branco.
- 6) Huari (Massakã): Rio Corumbiara.

Em Índios do Brasil, Malcher, informa sobre a localização dos índios do Guaporé.

1) Aruã: tupi, cabeceiras do São Miguel, afluente da margem direita do Rio Guaporé; cabeceiras do rio Rolim de Moura e Ricardo Franco, afluentes do Giparanã e ao longo do rio Branco, do Guaporé.

2) Macurap: tupi, ao longo do Rio Branco, afluente da margem direita do Guaporé, nos rios Colorado e Mequens.

3) Wayorô: tupi, nascentes dos rios Branco e Colorado, afluente da margem direita do Guaporé.

4) Ammiapã: tupi, rio Mequens.

5) Guarateguaja: tupi, rio Mequens, afluente da margem direita do Guaporé.

6) Huari: tupi, rio Corumbiara, afluente da margem direita do Guaporé.

7) Tupari: tupi, nas matas da margem direita do

Rio Branco, afluente esquerdo do Guaporé.

8) Jaboti (Kipuĩ): influência tupi, cabeceiras do Rio Branco, afluente da margem direita do Guaporé.

9) Palmeiras: Karib, margem direita do Guaporé, entre o baixo Mequens e rio Branco.

10) Arikapu: língua desconhecida, cabeceiras do Rio Branco afluente direito do Guaporé.

11) Kanoê: língua desconhecida, margem esquerda do curso médio do Rio Pimenta Bueno.

12) Kapixaná, rio Tanari, afluente do Corumbiara, rio Guaporé.

Dos povos acima referido, parte do mesmo foram compulsoriamente transferidos para o PIA Ricardo Franco logo após o contato. Não se respeitou as diferenças culturais e inseridos como mão-de-obra do SPI, grande maioria morreu e outros retornaram ao seu território original.

A história desses povos é marcada pelo massacre e expropriação territorial impetrado pelo Estado Brasileiro através de sua agência oficial.

Na documentação que restou do SPI pode-se comprovar a dizimação dos grupos e a transferência compulsória.

Por relatório de 1947 sabe-se que foram transferidos para o Posto Ricardo Franco 70 Macurap, recém contatados no PI Pedro de Toledo (Rio Apidiã) e 70 Ajuru e Jaboti (Rg. 554/1947 e Rd 559/1947).

Em 1954, os índios se revoltam expulsando o Chefe do PI. Os maus-tratos e sevícia aos índios é fartamente documentado desde 1948, quando funcionários violentam e prostituem as índias, introduzem na área colonos brancos e insere os diferentes grupos na extração da seringa.

O decréscimo populacional é grande. O sarampo por diversas vezes dizimou grande parte dos índios e as invasões são prática comum a partir de 1959, principalmente no Ig. São Francisco, Baía das On

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ças, Coca e Rica tradicionalmente habitada pelos indígenas.

De acordo com a memória tribal os Canoé habitavam o rio Tanaru, com a passagem da Comissão Rondon foram transferidos para o local denominado Cascata no rio Apidiã (PIA Pedro de Toledo) e em seguida para o Guaporé. Os surtos seguidos de sarampo, dizimou a maior parte do grupo no PIA Ricardo Franco. Há comprovação do fato descrito nos documentos do SPI.

Os Ajuru (Wayoro) habitavam o interior da mata entre o Rio Colorado e rio Branco e foram transferidos para o Guaporé entre 40 e 50.

Os Macurape foram transferidos pelo funcionário do SPI Rivoredo dos Rios Colorado e Branco. Na ocasião os Jaboti encontravam-se nesta área. O Sr. Otaviano Mequen foi transferido para o Ricardo Franco em 1947 e muitos de seus parentes morreram nesta área.

A história desses povos, em parte se confunde com a do próprio Posto Indígena e a ideologia reinante na época de "civilização" dos índios e liberação do restante de suas terras, isto é de uma política voltada para a expropriação territorial. Os índios compulsoriamente transferidos passam de povos organizados e diferenciados a "índios genéricos" que deviam não só inserir no trabalho imposto pelo SPI, como habitar uma área a eles reservada de forma aleatória, embora parte do seu imenso território tradicional.

Organização Econômica

Os povos da Área Indígena Guaporé tem sua economia atual calcada no extrativismo da seringa e castanha principal fonte de renda. A extração da borracha foi inserida no PI Ricardo Franco pelo SPI e desde a década de 40 foi incorporada a economia destes povos.

A agricultura, caça e pesca voltadas basicamente para a subsistência tem papel fundamental na alimentação dos grupos, visto a não adaptação a criação do gado, imposto pelo SPI, e a não utilização

deste como fonte proteica.

As roças de arroz, milho, macacheira, banana, amendoim, cará, batata são feitas a distância considerável do Posto e das aldeias o que acarreta uma residência fixa e uma temporária.

Cabe a mulher o plantio e a colheita e aos homens a derrubada. Cada família nuclear tem seu roçado, o que não impede uma distribuição por grupos familiares da produção.

A caça e a pesca se revestem de grande importância. É comum a prática coletiva nestas atividades realizada no decorrer do ano. O animal é moqueado na mata e geralmente repartido entre os parentes próximos. Fazem parte da dieta o macaco prego, queixada, anta, capivara, nhambú, mutum. Há restrições a determinados animais durante a gestação e o nascimento da criança.

A pesca é realizada nos igarapês, lagos, baías no interior da área. Os principais peixes encontrados são: tambaqui, tucunare, surubim etc. Para caçar geralmente deslocam-se para o Sotério, baía das Onças, Coca e Rica e para interior da mata. A coleta é feita durante todo o ano, tanto pelas mulheres quanto pelos homens.

O extrativismo da seringa realizado no verão é a principal fonte de renda. Cada família nuclear tem sua estrada e colocação a considerável distância da aldeia. O caucho e poaia também existem na área.

Apesar da importância da castanha não há de acordo com os informantes local rígido para sua coleta. Esta é encontrada em maior abundância na baía das Onças, Igarapé São Francisco e o Rio Sotério e na área reivindicada para acréscimo, utilizada permanentemente pelos índios.

A época o preço da castanha estava em torno de Cr\$ 35.000,00, cinco latas e o principal comprador era a FUNAI, visto os marreteiros viverem abaixando o preço do produto. A dependência aos marreteiros ainda é grande, pois a cidade de Guajará-Mirim se encontra à grande distância e a Cantina da FUNAI não supre completamente as necessidades indígenas.

nas. Outro ponto que impede o crescimento da Cantina é o conflito latente entre os grupos. Quando da nossa estada na área, a Cantina vinha sendo administrada por um Canoê, casado com Jaboti. Os Macurape não vinham admitindo e queriam uma Cantina na aldeia Macurape. Na questão da administração da Cantina percebe-se mais claramente a luta entre os grupos no que tange a supremacia política e as alianças.

Quanto ao gado, a venda é feita com apoio do Posto. Não percebemos maiores envolvimento dos Índios com a atividade criatória e a pecuária tende a diminuir. Existe na área um vaqueiro, Manuel Canoê, que não demonstra maior interesse na pecuária, pois o salário que recebe é baixo e sobra pouco tempo para dedicar a sua roça de subsistência. Seria necessário maior apoio técnico a atividade criatória.

Há necessidade de maior apoio da FUNAI às atividades econômicas dos grupos do Guaporé, principalmente no que tange a comercialização dos produtos, diminuindo dessa forma a dependência ao regatão e a exploração da qual são vítimas.

Educação e Saúde

A questão educacional é um ponto falho em praticamente todas as áreas indígenas. A visão é via de regra a da sociedade nacional e os grupos indígenas recebem basicamente aulas em português, têm noções de matemática e quando muito conseguem ser alfabetizados, isto é assinam o nome, não conseguindo porém a compreensão dos textos. A falha básica está na tentativa de reproduzir nossa sociedade, sem qualquer apoio na cultura indígena.

Na área indígena Guaporé não se foge deste padrão básico. Em 1947, já existia na área escola. A função básica era civilizar os Índios recém-contactados transmitindo-lhes valores morais, civismo, amor à pátria e alguns ofícios que lhes deixassem aptos ao trabalho junto aos civilizados (filme 43 - relatório)

Atualmente esses conceitos não estão explícitos po
rém pode-se perceber que o objetivo da educação não difere daquele adotado
na década de 40.

De acordo com a informação da professora Cleide Brás Bezerra, contratada através do POLONOROESTE, na área é seguido o ca
lendário escolar da sociedade envolvente e o ensino é idêntico ao Projeto
Pró-Rural de Rondônia. A dificuldade de aprendizado vem sendo grande, prin
cipalmente pelas interrupções constantes nas ocasiões de plantio e colhei
ta quando as crianças mudam-se para o centro.

Divide-se o ensino em 1º, 2º e 3º etapa, corres
pondendo a 1ª a 4ª séries do primeiro grau. A professora é, de acordo
com as normas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, apenas orien
tadora para o avanço dos módulos rurais. A Escola do Guaporé é convenia
da com o SEMEC que fornece a merenda escolar e o material didático. Pode
se ver que não há qualquer preocupação no atendimento as populações indíge
nas, que devem se adaptar ao ensino da sociedade envolvente. Há segundo
a professora um grande preconceito do Estado com aqueles que dão aula em
área indígena, o que prejudica cada vez mais o próprio ensino, visto ser
mal feito o treinamento, faltando o apoio das coordenadoras e supervis
oras. A consequência primordial é que a maior parte dos alunos não termi
nam o ano letivo.

No ano de 1985 foram matriculados 40 alunos, sendo
que a grande maioria para alfabetização. Não há dúvidas da necessidade de
reestruturação da Escola da Área Indígena Guaporé, visando um atendimento
educacional condigno. O grande número de índios de diferentes grupos de
veria levar a FUNAI a repensar como ministrar uma educação que possa refor
çar a língua materna, a identidade étnica, captando como estes grupos se
reorganizaram e hoje sobrevivem de forma diferenciada da sociedade nacio
nal. A boa vontade da professora é inegável, necessitando porém um acompa
nhamento real do ensino como forma desta superar seus próprios estérioti
pos. Não preparada para a problemática indígena, a professora do Guaporé
apenas reproduz aquilo que julga essencial para a sua sociedade, traduzin
do os preconceitos tão comuns na região amazônica.

Saúde

Outro ponto caótico na assistência ao índio é a questão de saúde. Mal atendidos, os índios ficam a mercê da constante falta de medicamentos e de enfermeiros. Na área há uma enfermaria, porém basicamente os índios são atendidos pelo Chefe de Posto e o trabalhador braçal, pessoal não capacitado e que via de regra apenas aplica uma injeção ou ministra um analgésico para dores.

Os casos graves vão para Guajará-Mirim, porém a tuberculose e outras doenças que necessitam de um atendimento especializado ficam sem qualquer tratamento e acompanhamento.

Podemos afirmar que a questão de saúde é uma das que necessitam de melhor assistência e tem, em todas as áreas, sido relegada a segundo plano. É urgente um trabalho voltado para a medicina preventiva e visitas constantes da EVS, para diagnósticos precoces e atendimento efetivo aos grupos indígenas do Guaporé.

Questão Territorial

O Posto Indígena Ricardo Franco foi criado na década de 50 com o objetivo de prestar assistência aos índios habitantes da Baía do Guaporé.

A primeira demarcação desta área data de 1935, e teve a aprovação do Marechal Rondon. Seus limites eram o furo da Coca à foz do Rio Cautário.

Em 1958, devido as primeiras invasões da baía da Coca, Rica e no igarapé São Francisco, novamente foi requerida a área ao Governo do Território. O Croqui apresentado tem como limites: o Rio Guaporé, a baía da Coca, Rica e das Onças, o rio Sotério, o divisor de águas do Cautário e os igarapés Canuto e Castanhal. Em 1962, o Chefe da 9ª IR dá conhecimento público do memorial descritivo, visto as inúmeras propostas do Governo de transferência do PI Ricardo Franco para outro local. O memo

rial em anexo é claro quanto aos limites da área que confronta com a propriedade São Judas Tadeu (Sagarana) e terra do Banco de Crédito da Amazônia.

A reserva de terras anunciada pelo SPI não impediu diversas invasões, sendo inúmeros os relatórios que mostram o avanço nas terras indígenas. O mais grave porém, foi o desconhecimento do Órgão Tutor sobre a questão em pauta. Em 1972, não respeitando os povos habitantes na área indígena, o Sr. Presidente da FUNAI, extingue o Posto Indígena Ricardo Franco, que é novamente ativado em 1973. Dois anos depois, envia a área uma equipe denominada FUNAI/RADAM com a finalidade de delimitar a área visando a demarcação. A equipe desconhece as propostas anteriores e sem qualquer justificativa diminui o Território Tribal, expropriando os índios de parte essencial das terras produtivas para caça, pesca e coleta. Alega o GT que os grupos indígenas desta área são sedentários e portanto parte da área não era utilizada por seus verdadeiros donos (os índios), devendo a FUNAI "normalizar a posse natural por parte dos civilizados". Ora, além de contraditório, o relatório da equipe clarifica a política adotada para a questão territorial indígena. A demarcação era antes de tudo um meio para liberar terras para não-índios. O SPI transferiu grande parte dos grupos indígenas para o Ricardo Franco, após sedentarizá-los a FUNAI diminuiu as terras que lhes restam, com o aval antropológico.

Através do Dec. 76.999 de 08/01/76 a Área Indígena Guaporé foi levada à demarcação. Durante o processo demarcatório, os índios junto com o Chefe do Posto Indígena paralizaram os trabalhos. Constatou-se que ficaram fora da proposta de delimitação as baías da Coca, Rica e das Onça local tradicional de moradia dos grupos indígenas do Guaporé. Os limites foram corrigidos durante a demarcação. Outro local reivindicado e incluso no memorial descritivo de 1962, ou seja, os castanhais a margem direita do Ig. São Francisco até suas cabeceiras estavam fora dos limites.

Em 1977 foi criado novo GT com o objetivo de resolver o impasse surgido. O GT não concordou com o acréscimo alegando que os índios não iam além do Igarapé Castanhais. A antropóloga designada, membro do GT FUNAI/RADAM de 1975, apenas ratificou a proposta anterior.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Em 1979, o Engenheiro Agrimensor José Jaime Mancin, se desloca à área para receber a demarcação. Na ocasião constata "um dos contentamentos da comunidade indígena onde alegam que uma boa parte de seus castanhais estariam ficando fora dos limites ora em demarcação e tais castanhais estavam localizados ao longo da margem direita do Igarapé São Francisco, até sua mais alta cabeceira. Alegavam que sempre exploraram aqueles castanhais e consideram que seus limites estendam até lá, pois, assim é respeitado pelos brancos que lá habitam..." As reivindicações indígenas de 1979 eram as mesmas de 1976.

À 08 de fevereiro de 1980, novamente retorna à área o Engenheiro José Jaime Mancin e na conclusão dos trabalhos é explícita, "face as divergências apresentadas, não consideramos recebidos os serviços demarcatórios executado pela Firma Patraty na Área Indígena Guaporé.

Apesar dos erros demarcatórios, solicitação de acréscimo desde 1976 e várias propostas de criação de novo Grupo de Trabalho, somente em 1985 a área foi reestudada.

O acréscimo pretendido pelos índios é legítimo, pois a área excluída é rica em castanhais, essencial para os índios. Há respeito da sociedade envolvente, inexistindo invasões. Assim sendo o GT não considera esta área como acréscimo e sim território imemorial plenamente utilizado e reservado pelo SPI desde 1935. As reivindicações dos grupos do Guaporé são legítimas cabendo a FUNAI a homologação da demarcação anterior e a demarcação imediata do acréscimo ora solicitado que perfaz 29.650 ha, abrangendo os castanhais da margem esquerda do Sotério e da margem direita do São Francisco, além das Ilhas do Manuelito e do Gentio com 10.920 ha, área tradicional de pesca e reprodução de animais.

A área demarcada com base no Dec. 76.999/76 perfaz 87.625 ha e deverá ser homologada.

Conclusão

A Área Indígena Guaporé apresenta-se como território imemorial de vários povos habitantes da bacia do Guaporé. Reservada

em 1935 pelo SPI, o Posto Indígena Ricardo Franco teve como função a atração dos grupos indígenas e a fixação desses povos numa colônia agrícola que seria modelo para a região.

As transferências aleatórias, as péssimas administrações, o desrespeito aos indígenas no que tange a sua cultura e organização fez dessa área o exemplo de uma política indigenista errônea e voltada para os interesses da sociedade nacional.

Na área indígena Guaporé vive atualmente 10 (dez) etnias, que tem sua economia baseada na agricultura de subsistência, extrativismo, caça, coleta e pesca. A reestruturação desses povos, a manutenção de sua identidade diferenciada e dos principais dados da sua cultura, merece um estudo aprofundado. Sua luta pela defesa do território tribal data de pelo menos 10 anos. Reservada em 1935, demarcada com aprovação do Marechal Rondon a Área Indígena Guaporé sofreu redução no processo de identificação e demarcação de 1976.

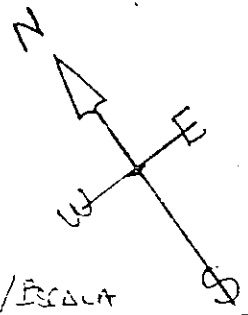
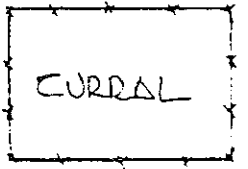
A proposta atual de demarcação da região dos Castanhais não se configura como acréscimo. Os índios do Guaporé têm o direito inmemorial sobre esta área, além desta estar inclusa no memorial descritivo e criação do PI Ricardo Franco.

É urgente a homologação da área demarcada a delimitação com base no Dec. 88.118/83 dos Castanhais e ilhas reduzidas sem qualquer justificativa em 1976. A população envolvente reconhece como indígena esta parte do território tribal, até o presente livre de invasores e plenamente utilizado pelos povos habitantes do Guaporé.

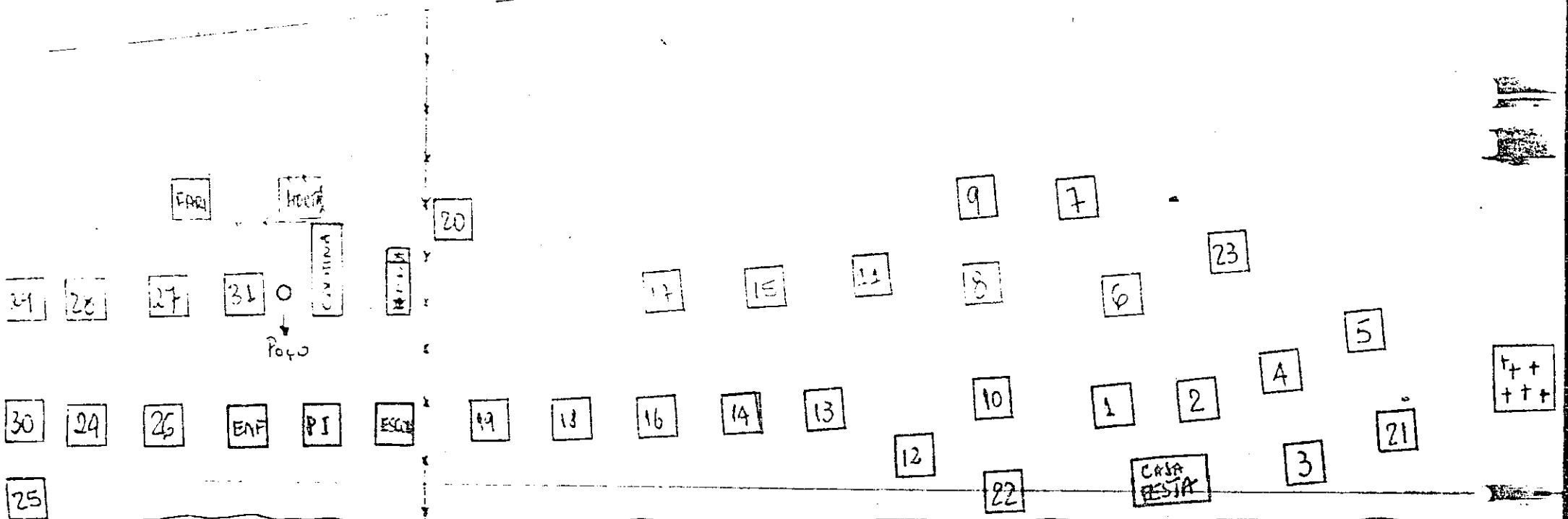
Marta Auxiliadora C. de Sá Leão
Antropóloga

B5B - 13 de janeiro de 1986

ALDEIA RICARDO FRANCO



CAMPO DE POUSO - 800 m x 40 m



← RIO GUAPORE →

MARIA

Brasília-DF

MEMO Nº / SUPLEX

Em 14-01-86

Do Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão

Ao Superintendente Executivo

Assunto

Solicito a V.Sa. o encaminhamento à DPI do relatório Antropológico à DPI referente a identificação da Área Indígena Guaporê- Estado de Rondonia, conforme Portaria 1832/E de 7 de fevereiro de 1985.

Atenciosamente.

MAL
MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO
Antropóloga - SUPLEX.

*A DDD
para as providências
em 27-01-86
Valter Ferreira Mendes
Diretor Substituto DPI*

*Ac Antropóloga Lourelda para
análise em 27/01/86
Cunha*

FUNAI/DGPI
RECEBIDO
27/01/86
BRASÍLIA

PORTARIA Nº 182/85, de 07 de fevereiro DE 1985

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere os estatutos,

R E S O L V E :

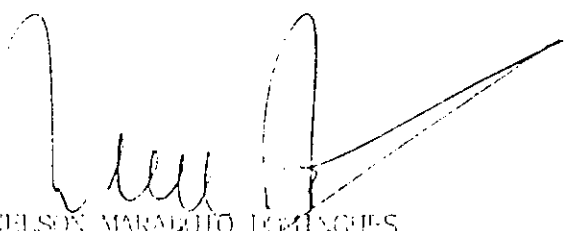
I. Designar os servidores MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO - Antropóloga/DPI e JOSÉ JAIME MANCINI - Engenheiro Agrimensor/DPI, para sob a coordenação do primeiro e em conjunto com Técnico do INCRA a ser designado, procederem os estudos de identificação e levantamento ocupacional, visando a definição dos limites das Áreas Indígenas GUAPORÉ - grupos indígenas Jaboti e Macurap, e SACARANA - grupo indígena Pakaas-Nova, ambas localizadas no município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

II. O levantamento fundiário, juntamente com as propostas para definição das áreas indígenas a serem apresentadas ao Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 88.118/85, visará a natureza da ocupação populacional, a data da ocupação bem como os conflitos existentes, mediante a identificação de posse, domínio, pesquisa documental em Cartórios das Certidões de Registro, com respectivas cadeias sucessórias.

III. Conceder o prazo de 15 (quinze) dias, para execução dos trabalhos de campo a contar de 12.02.85.

IV. Determinar o prazo para entrega dos relatórios correspondentes em 30 (trinta) dias, após o término dos trabalhos de campo.

V. As despesas deverão correr à conta dos recursos do FINSOCIAL.


NELSON MARADITO LEITES
Presidente

DID/AMCRL/sloh